

Ciência, política e habitação social. Alguns contributos da sociologia francesa para uma redefinição da sua relaçãoⁱ

João Queirós (Sociólogo, IS-FLUP)

Palavras chave: conhecimento científico; acção política; habitação social.

Resumo

O presente artigo procura demonstrar, através da apresentação e discussão de alguns ensinamentos facultados por interessantes pesquisas sociológicas recentemente desenvolvidas em França, de que forma pode a sociologia contribuir mais explicitamente para a compreensão dos processos locais que, em casos como o português e, em particular, portuense, vêm dificultando o estabelecimento de uma relação mais próxima e mutuamente vantajosa entre acção política e conhecimento científico sobre a cidade, em especial quando o que está em causa é a perspectivação e confrontação da realidade da “habitação social”, porventura a realidade urbana sobre a qual menos se sabe, mas que, precisamente por isso, mais ideias feitas, não ditos e mal-entendidos gera.

1.

Pierre Bourdieu, importante sociólogo francês, afirmava, retomando uma célebre expressão de Gaston Bachelard, que não há ciência senão do que está escondido, do desconhecido. Por outras palavras, um velho bordão ensinado aos estudantes recém-chegados aos cursos de sociologia sublinha a mesma ideia: a de que aos sociólogos cabe “ver para além das fachadas”.

Com efeito, o que diferencia a visão sociológica de outras formas de perspectivação da realidade – como a que é revelada pelos registos impressivos de quem passeia despreocupadamente pela cidade ou como as que são forjadas no calor da disputa político-ideológica – é o seu carácter *desconcertante*, *desmistificador*, *desocultador*, que só o estudo rigoroso, sistemático e

reflexivamente controlado dessa realidade permite assegurar. Na análise da cidade (e, em concreto, da sua dimensão habitacional, aspecto de que aqui nos ocuparemos), “ver para além das fachadas” significará, muito sucintamente, expor e procurar explicar o modo de produção e reprodução dos padrões de relações sociais – que são inevitavelmente *relações de poder* – subjacentes às formas da vida urbana (nas suas expressões materiais e simbólico-ideológicas) e à sua evolução, no que ela tem de transformação, mas também de permanência.

Sempre que cumpre este desígnio – e sempre que consegue ultrapassar as fronteiras do campo académico, dotando o debate público de conhecimento cientificamente produzido e validado –, a sociologia está em condições de contribuir, por exemplo, para a objectivação e consequente reconhecimento dos fundamentos das desigualdades sociais, pressuposto básico da acção transformadora.

A verdade, porém, é que nem sempre consegue a sociologia cumprir este desígnio. E, quando cumpre, acontece frequentemente não conseguir tornar socialmente relevante o conhecimento científico que produz, ora por incapacidade própria (dificuldade em encontrar um registo não excessivamente auto-referenciado ou *exclusivista*, por exemplo), ora por força da resistência oferecida pelas visões do mundo e lógicas de actuação que caracterizam algumas das esferas da vida social que desse conhecimento científico mais directamente poderiam recolher vantagens.

Não cabe no âmbito deste texto estudar as razões pelas quais, na cidade – e, em particular, na cidade portuguesa –, tem sido por vezes tão difícil articular frutuosamente, no tratamento da “questão habitacional”, as visões que sobre o tema são lançadas a partir dos campos científico e políticoⁱⁱ. Não que seja difícil encontrar “culpados” para este desencontro: do lado dos investigadores, haveria certamente quem de imediato lembrasse os políticos que “não querem saber” do conhecimento que sobre a cidade se produz ou os políticos que, por conveniência ou ignorância, permanentemente o “deturpam”; do lado dos políticos, facilmente se encontraria também quem criticasse esse conhecimento “demasiado teórico”, logo “desajustado da realidade”, que é produzido “no gabinete” por quem “não conhece o terreno”. Tal exercício de

culpabilização/desresponsabilização é tão recorrente como inútil, pelo que não o repetiremos aqui.

Sem complexos de culpa, mas com sentido de responsabilidade, será preferível aproveitar a ocasião para demonstrar, recorrendo à experiência e ao conhecimento alheios, de que forma pode a sociologia contribuir mais explicitamente para a compreensão dos processos locais que, em casos como o português e, em particular, português, vêm dificultando o estabelecimento de uma relação mais próxima e mutuamente vantajosa entre acção política e conhecimento científico sobre a cidade, em especial quando o que está em causa é a perspetivação e confrontação da realidade da “habitação social”, porventura a realidade urbana sobre a qual menos se sabe, mas que, precisamente por isso, mais ideias feitas, não ditos e mal-entendidos geraⁱⁱⁱ. É o que tentaremos fazer de seguida, através da apresentação e discussão de alguns ensinamentos que, a propósito do tema, nos podem ser facultados por interessantes pesquisas sociológicas recentemente desenvolvidas em França.

2.

O livro de Olivier Masclet *La gauche et les cités* (“A esquerda e os bairros sociais”, numa tradução aproximada do segundo elemento da frase) constitui um exemplo bastante conseguido de como pode ser levado a cabo o esforço de desocultação das lógicas de funcionamento da realidade social que cabe à sociologia – e a que atrás se aludiu^{iv}. O tipo de abordagem seleccionado traduz esta preocupação do autor: a pesquisa a que o livro se reporta é, antes de mais, uma tentativa de reconstituição sócio-histórica da vida de um empreendimento HLM [*Habitation à Loyer Modéré*, habitação de renda controlada] situado numa cidade-dormitório dos subúrbios de Paris, desde o momento da sua construção, ainda no final dos anos sessenta, até ao presente.

Difícilmente se poderá contrariar a ideia de que o pesquisa urbana ganha heurística, capacidade de descoberta, de desocultação, sempre que assenta numa perspectiva deste tipo, ou seja, sempre que é capaz de analisar a realidade na sua profundidade histórica, recuperando a génese e modo de estruturação ao longo do tempo dos processos sociais que lhe subjazem. Por outro lado, uma

aproximação sócio-histórica ao objecto de estudo permite enquadrá-lo melhor no cenário desenhado pelas dinâmicas socioeconómicas globais, assim contribuindo quer para colocar em destaque os traços que lhe são específicos – e que divergem do quadro geral –, quer para avaliar com precisão a influência concreta e grau de transversalidade dessas dinâmicas. Por isso é que, sendo o estudo de uma realidade histórica e territorialmente delimitada – um bairro de habitação social de grandes dimensões num subúrbio de Paris –, o trabalho de Olivier Masclet é também uma análise das transformações do capitalismo nas últimas décadas, dos seus efeitos na recomposição da estrutura social francesa e das repercussões desta recomposição na organização do espaço urbano, nos modos de relacionamento entre os diferentes grupos sociais e entre estes e os poderes públicos. Eis duas ideias que percorrem todo o estudo de Masclet, mas que vale a pena salientar desde já: i) a de que *a análise dos processos urbanos deve começar pela reconstituição das respectivas génese e trajectória histórica*; e ii) a de que *a estruturação de fenómenos ou realidades urbanas circunscritas (e, portanto, dos respectivos “problemas”) é amplamente determinada a partir do “exterior”, no plano macroeconómico, nos espaços de poder (a diferentes escalas), nas lutas sociais (também elas travadas a diferentes escalas).*

Regressando ao trabalho de Masclet e à sua tese fundamental – expressa, aliás, no subtítulo do livro: *Enquête sur un rendez-vous manqué* (“Pesquisa sobre um encontro falhado”, em mais uma tradução aproximada) –, somos convidados pelo autor a confrontar-nos com as razões pelas quais a esquerda francesa, neste caso a gestão comunista do município de Gennevilliers, falhou em interpretar as mudanças sociais, económicas e políticas em curso desde a década de 1970, em particular nos bairros sociais, onde, de dia para dia, adquiria peso estatístico e social um contingente de “novos excluídos da cidade” composto sobretudo de imigrantes. A acusação, polémica, é a de que as acções e, mais do que as acções, as omissões da esquerda foram sendo responsáveis pela reprodução, por via da relegação política, da situação de relegação social e económica destas populações. Ao “faltar” sucessivamente ao encontro com os imigrantes e com os seus representantes – os “militantes de bairro”, como lhes chama Olivier Masclet –, as lideranças políticas locais contribuíram objectivamente para a desmoralização e desmobilização dos habitantes destes espaços, assim perdendo

por vários anos a oportunidade de ajudar a encontrar vias para a sua repolitização e mobilização colectiva (e assim “perdendo” também muitos activistas para a abstenção ou mesmo para a direita política).

Este é, sem dúvida, um dos aspectos conclusivos centrais do estudo de Masclat: o de que, perante os problemas que atravessam espaços habitacionais como este – e, bem assim, perante os problemas com que, em geral, as cidades se confrontam –, *não há caminhos socialmente justos e que possam ser percorridos com sucesso que não passem pelo envolvimento dos residentes*, em especial daqueles que, pela sua posição dominada na estrutura de distribuição de poder da cidade, têm geralmente muita dificuldade em aceder aos meios que lhes permitiriam fazer-se ouvir e participar activamente na construção de respostas a esses problemas.

3.

Voltando um pouco atrás, à argumentação de Olivier Masclat e ao respectivo ponto de partida, vemo-nos regressados à França do pós-2ª Guerra Mundial, uma França mergulhada, entre outros problemas, numa profunda crise habitacional: 460 000 imóveis inteiramente destruídos, 1 650 000 casas parcialmente danificadas, apenas 1,2 milhões de alojamentos (num total de 13,4 milhões) totalmente equipados, ou seja, com água corrente, WC privativo, duche ou banheira, electricidade e aquecimento central. A insuficiência da oferta é, nesta altura, gritante: segundo o Ministério da Reconstrução e do Urbanismo, faltam à França do pós-guerra 2 milhões de habitações; se a estes 2 milhões se juntarem os 2 milhões destruídos ou danificados, obtém-se o impressionante número de 4 milhões de alojamentos a construir ou reconstruir^v.

Parte importante deste problema viria a ser solucionada, a partir dos anos 1950, através do recurso à construção de empreendimentos HLM, os já referidos bairros de habitação de renda controlada. O plano *Courant*, datado de 1953, fixa em 240 000 o número de alojamentos a construir por ano, ao mesmo tempo que propõe medidas para facilitar as expropriações dos terrenos destinados à edificação das novas áreas residenciais e para incentivar a redinamização e

industrialização do nessa altura quase completamente desestruturado sector da construção civil francês.

Um vasto processo de urbanização é posto em marcha. O ritmo de construção de habitação de renda controlada intensifica-se. Em 1950, são construídas 7 500 casas em bairros HLM; oito anos depois, esse número atinge os 85 000 alojamentos anuais. Para as classes populares, porém, o problema mantém-se, já que as casas construídas neste período são destinadas sobretudo a famílias de quadros técnicos e profissionais liberais.

No final da década de cinquenta, a reorganização político-institucional do aparelho de Estado francês abre novas perspectivas de intervenção em matéria de urbanismo e habitação. Em 1958, o novo Ministro da Reconstrução e do Urbanismo, P. Sudreau, promulga um pacote de decretos sob o título genérico de “urbanismo, HLM e crise do alojamento”: adoptam-se medidas tendentes à renovação urbana das principais cidades e criam-se as ZUP [*Zones à urbaniser en priorité*, zonas de urbanização prioritária], onde serão implantados os bairros sociais. Estas zonas receberão operações urbanísticas de grande dimensão. Em muitos casos, as novas zonas de urbanização prioritária, situadas geralmente na periferia das principais cidades (e, sobretudo, de Paris), chegam a receber 4 000 alojamentos e 20 000 pessoas. Para atenuar o seu carácter de “cidades-dormitório”, as câmaras municipais, para as quais é transferida a jurisdição destas ZUP, procuram articular a construção destes *grands ensembles* com a criação de zonas industriais e comerciais e de equipamentos públicos.

No total, e até aos anos 1970, são criadas 195 ZUP e construídos cerca de 2,2 milhões de alojamentos, a maior parte dos quais HLM de propriedade não resolúvel. Depois dos quadros técnicos e dos profissionais liberais, é a vez dos empregados executantes e dos operários acederem às soluções propostas pelo Estado para resolver a gravíssima crise do alojamento da França do pós-guerra^{vi}. Muitas das famílias realojadas são imigrantes: oriundas do magrebe, desde logo, mas também da África subsariana, da Turquia, da Ásia, de Portugal. O período de criação das ZUP coincide e articula-se largamente, de resto, com um período de forte crescimento económico e de significativo afluxo a França de trabalhadores estrangeiros; é nesta altura, por exemplo, que se atinge o pico da

emigração portuguesa para aquele destino e muitos portugueses alojados miseravelmente nas *bidonvilles* dos arredores de Paris acabam por ser transferidos para os novos bairros HLM [Fig. 1].



1. Bidonville Francs Moisis, Saint Denis, França, s/d.

Entretanto, as críticas às ZUP não se fazem esperar. Por um lado, começa a ganhar algum destaque a crítica dos urbanistas e arquitectos pós-modernistas, que contestam a configuração uniformizante, “cinzenta”, quase “totalitária” destes grandes conjuntos feitos de “torres” e “barras” por vezes com 400 metros de fachada contínua. Por outro lado, tornam-se frequentes as críticas dos próprios moradores, sobretudo nos casos em que os equipamentos públicos previstos não são construídos ou quando se tornam mais evidentes alguns dos problemas resultantes da localização periférica e do modelo de construção deste tipo de empreendimentos: fraca cobertura da rede de transportes, áreas comerciais e de serviços pouco diversificadas, ausência de serviços públicos fundamentais.

Associadas às crescentes pressões dos promotores imobiliários privados, que vêem nas ZUP uma limitação à sua iniciativa e à ampliação dos seus volumes de negócio, as críticas a este modelo “estatizado” de provisão de alojamento acabam por motivar o abandono da solução ZUP/HLM e a criação de uma nova figura urbanística, a ZAC [*Zone d'aménagement concerté*, zona de edificação concertada], cujo objectivo seria favorecer a articulação entre Estado e promotores privados para criação de novas áreas urbanas – já sem a preocupação prioritária de garantir a construção de grandes conjuntos habitacionais para alojamento de populações mal alojadas. A pouco e pouco, a construção de habitação colectiva é substituída pela construção de habitat individual. Esta mudança articula-se amplamente com os incentivos, fortes a partir do final dos anos sessenta, à aquisição de casa pelas classes médias e pelas fracções das classes populares com maior poder aquisitivo.

Os programas estatais de construção de moradias unifamiliares destinados a estes segmentos da população e a facilidade crescente de acesso ao crédito à habitação levam milhares de famílias francesas a comprar casa própria. O acesso à propriedade da sua habitação representará, para muitas, sobretudo para

as que saem de bairros HLM, a certeza de que vivem um processo de mobilidade social em direcção a posições mais prestigiadas do espaço social.

Estes movimentos de redistribuição da população resultantes do duplo processo de alteração do mercado de alojamento e de transformação da estrutura social francesa contribuem para alterar consideravelmente a distribuição pelo território dos diferentes grupos sociais. A segregação socioterritorial aumenta, não só porque surgem estas novas zonas de classe média, relativamente homogéneas do ponto de vista social, mas também porque os bairros sociais vão perdendo diversidade, à medida que as famílias com maiores recursos os abandonam. A crise económica subsequente às crises petrolíferas de meados da década de setenta agravará a situação de desvalorização social dos bairros: por um lado, acentua-se o desinvestimento do Estado nestes espaços habitacionais (desinvestimento que, todavia, não terá a mesma intensidade em todos os municípios); por outro lado, aprofunda-se o processo de *pauperização* destes bairros, já que as famílias que tinham como objectivo sair deles deixam de ter os meios para o fazer e as que chegam – francesas ou, cada vez mais, imigrantes – têm, em regra, uma situação bastante mais frágil do que as suas predecessoras. O quadro geral de vida em boa parte dos bairros HLM é agora diferente, para pior. Novos problemas emergem.

4.

Na análise da situação dos bairros sociais franceses e da sua evolução ao longo dos últimos cinquenta anos, Olivier Masclet centra-se no caso particular do Luth, um conjunto habitacional de grandes dimensões situado no município de Gennevilliers, nos arredores de Paris [Fig. 2]. Com 3 200 fogos e cerca de 11 000 residentes, repartidos por dezena e meia de torres e blocos, o bairro congrega um quarto da população da cidade, sendo, por isso, um importante alvo de atenção política e mediática.



2. Panorâmica do Luth, Gennevilliers, arredores de Paris, 2008.

Construído nos anos 1960, o Luth nasceu espacial e socialmente dividido. Como tantas vezes acontece nestes processos (facto que remete, uma vez mais, para a importância da análise do seu momento genético e, em particular, para a *importância estrutural do modo como são conduzidos os processos sociais de*

reajuntamento), a diferenciação social interna do bairro começou com o acto fundador de atribuição das habitações e foi-se aprofundando ao longo do tempo, por força da selectividade das opções dos senhorios a este nível. Hoje, o bairro encontra-se dividido entre a sua metade Este, que acolhe, para além de arrendatários, as famílias co-proprietárias – representantes, na maior parte dos casos, das fracções mais qualificadas do operariado e da pequena burguesia de execução ou mesmo da pequena burguesia técnica e de enquadramento intermédio – e a sua metade Oeste, ocupada exclusivamente por famílias arrendatárias, geralmente com menores recursos. Esta parte do bairro encontra-se ainda dividida, *grosso modo*, entre uma área ocupada por famílias francesas (blocos *Lénine* e *Diderot*) e uma área ocupada por famílias imigrantes (blocos *Molière* e *Jean-Vilar*).

É de notar que, contrariamente ao que acontece noutros locais, o município não é, no caso do Luth, o único proprietário do bairro, o que explica que o processo de atribuição de habitações tenha sido aqui sempre bastante complexo. A questão do alojamento de famílias imigrantes revelou-se, desde cedo, particularmente problemática. A OCIL, um organismo financeiro criado pelas principais federações patronais e pela Câmara do Comércio e da Indústria de Paris para adquirir terrenos destinados à construção de HLM – principal senhoria do bairro, logo a seguir ao município –, resistia a alojar estas famílias, permitindo o acesso destas às habitações apenas quando o chefe de família fosse um operário qualificado de uma das empresas detentoras de reservas de fogos. Não obstante, as famílias imigrantes iam acedendo ao arrendamento social, já que a legislação impunha que um terço das habitações em bairros HLM fosse destinado à população mal alojada, de que os imigrantes eram a maior fatia.

Apesar de as famílias imigrantes serem geralmente acomodadas nos blocos propriedade do Estado, os proprietários privados não vêem com bons olhos o aumento do seu número, temendo a desvalorização simbólica, e depois económica, do seu património. Crescem, por isso, as pressões sobre o município para que este interceda junto do Estado central no sentido de limitar o número de processos de reajuntamento protagonizados por este segmento da população mal alojada (mesmo se tal significasse o não cumprimento das quotas impostas por lei). O município, temendo também a concentração de famílias imigrantes e

o aumento da conflitualidade, com eventual crescimento do sentimento de xenofobia e adesão de algumas famílias francesas ao discurso da extrema-direita, insiste na necessidade de dispersar esta população. Até meados dos anos 1970, municípios e privados unem-se na defesa desta reivindicação.

Mas esta mobilização conjunta dos senhorios do bairro – público e privados – obtém poucos resultados. A concentração de famílias imigrantes em Gennevilliers aprofunda-se; a administração regional, responsável pelo destino dos processos de alojamento, é acusada de promover o aumento dos índices de segregação socioterritorial, ao concentrar os imigrantes nos municípios de esquerda, enquanto apoia operações de renovação urbana em municípios de direita “poupados” ao acolhimento destas populações.

A partir de meados da década de 1970, tem início um processo de alteração profunda da composição social do Luth, com crescimento significativo do número de famílias imigrantes e saída do bairro de parte importante das famílias francesas com maiores recursos – saída incentivada pelas mudanças registadas no mercado do crédito à habitação e por alterações legislativas que favorecem a liberalização do mercado de arrendamento, assim tornando preferível, perante o aumento significativo dos valores das rendas a pagar por estas famílias, a aquisição de casa própria.

O crescimento do número de alojamentos deixados vagos pelas famílias francesas que acedem à propriedade da sua habitação fora do bairro e a intensificação dos fluxos imigratórios a que se assiste por esta altura em França confere um novo significado à questão do alojamento das famílias imigrantes. Ironia das ironias – ou apenas resultado lógico do que estava a acontecer –, são os organismos privados, antes refractários ao alojamento de imigrantes, que agora alojam estas famílias. Perante a necessidade de preencher as vagas no respectivo parque habitacional, a OCIL vê nas famílias imigrantes a clientela necessária à reposição dos níveis mínimos de rentabilidade do seu património imobiliário. Esta nova política de alojamento faz crescer os níveis de segregação social e étnica do bairro, já que os imigrantes são quase sempre alojados nos imóveis mais desqualificados do ponto de vista urbanístico e social, nos quais há um maior número de alojamentos deixados vagos pelos

grupos sociais para os quais inicialmente foram construídos – e que deles saem a um ritmo cada vez mais intenso. É a forma encontrada pelos organismos privados para tornar rentável a administração destes blocos e, ao mesmo tempo, “preservar” social e simbolicamente os restantes imóveis.

Nos blocos municipais, a proporção de imigrantes mantém-se baixa, fruto de uma gestão cuidadosa da atribuição das habitações pelo município. As famílias imigrantes neles residentes são geralmente famílias radicadas em França há algum tempo e com uma estrutura próxima do modelo familiar tradicional francês. Famílias “discretas”, elas não colocam em causa o “equilíbrio social” desejado pelos responsáveis municipais. O alojamento de famílias imigrantes numerosas é evitado, por se pensar que, dessa forma, se conteria a saída destes blocos das famílias francesas com maiores recursos.

A selectividade da política de atribuição de fogos não chega, contudo, para contrariar o movimento de saída de muitas famílias ansiosas por aceder à propriedade da sua habitação, essa espécie de confirmação da ascensão social e da fuga ao “destino” cada vez mais associado ao Luth. O município não altera a sua política de alojamento no que diz respeito às famílias imigrantes, mas vê a composição social dos seus blocos desqualificar-se: as novas famílias apresentam situações mais fragilizadas do que as suas predecessoras. Não estranhamente, a taxa de endividamento face ao município cresce. A diminuição das rendas cobradas é um dos preços a pagar pela opção de não alojamento de famílias imigrantes, opção que se mantém mesmo quando estas famílias apresentam garantias mais sólidas de solvabilidade do que as famílias francesas alojadas. A justificação do município é a de que assim se contraria a aposição da imagem de “gueto” ao bairro.

Ao longo dos anos 1980, a situação degrada-se. As tensões entre grupos aumentam. As reacções xenófobas face aos imigrantes por parte das famílias francesas que não puderam seguir a via colectiva de saída do bairro e que vão experimentando um sentimento cada vez mais forte de desclassificação – não apenas porque não conseguiram concretizar plenamente o processo de mobilidade almejado, mas igualmente porque passaram a estar ameaçados pela precarização do emprego e mesmo pelo desemprego – tornam-se mais

frequentes e visíveis. O ressentimento destes franceses “prisioneiros do bairro”, como diz Masplet, é o de quem sente “já não estar no que é seu”, mas sabe também que dificilmente conseguirá ver alterado o seu quadro de vida, que dificilmente conseguirá comprar casa e sair do bairro.

A pouco e pouco, mudanças políticas relevantes vão ganhando consistência. A esquerda vê o seu eleitorado tradicional desmobilizar-se; o voto no Partido Comunista diminui, ainda que a liderança municipal não deixe nunca de estar nas mãos desta força política. A Frente Nacional de Le Pen conquista votos à direita, congregando um volume crescente de franceses descontentes. O discurso securitário ganha apoiantes. No Luth, os blocos municipais, onde as famílias francesas são maioritárias, são os que mais votos dão à extrema-direita. A liderança PCF do município vê fugir do bairro os seus apoiantes tradicionais e mostra-se incapaz, perante a nova realidade, de renovar o seu leque de interlocutores e de garantir uma nova base social de apoio.

O problema parece, entretanto, radicar menos no bairro do que nos responsáveis municipais. Na verdade, e como sublinha Masplet, emergem novos protagonistas e novas formas de relação com a política por parte dos moradores locais. O sociólogo francês destaca o aparecimento de um conjunto de jovens “militantes de bairro”, filhos ou netos de imigrantes na sua esmagadora maioria. O surgimento deste grupo revela uma dinâmica de mobilização e participação da população do bairro que os responsáveis municipais desconhecem e para a qual parecem não estar sensíveis. À rejeição social e económica experimentada pelas populações imigrantes soma-se a sua rejeição política. Depois da segregação, a negligência e o esquecimento.

5.

No livro de Olivier Masplet, a análise da condição dos jovens residentes no Luth, das suas formas de associação e dos seus representantes é alvo de especial atenção. Através da descrição que é feita da sua evolução ao longo das últimas décadas, Masplet cumpre dois objectivos: por um lado, contribui para mostrar que, *apesar da crescente precarização das condições de existência e da pauperização de grande parte das famílias do bairro, nem tudo é*

desestruturação e anomia, bem pelo contrário, como se confirma pela existência de segmentos importantes das novas gerações de residentes, na sua maioria imigrantes, na sua maioria de origem magrebina, que procuram criar formas de enquadramento associativo dos jovens e assim consolidar solidariedades de base local e disposições para a organização colectiva do quotidiano, sobretudo dos tempos livres – não apenas numa óptica de defesa da comunidade de origem e de construção de uma identidade face ao exterior, mas numa óptica de abertura a esse mesmo exterior, designadamente através do estabelecimento de relações com os representantes do poder municipal; por outro lado, mostra como *podem ser nefastas as consequências da ausência de enquadramento político e institucional activo e durável na implementação de políticas habitacionais*, ao denunciar o modo como o poder municipal, depois de ter tido um papel importante na dinamização do movimento associativo do bairro e no consequente aparecimento de um grupo de jovens mediadores locais, foi deixando enfraquecer os laços que o ligavam a estes “militantes de bairro”, assim alargando o fosso entre residentes e seus representantes eleitos e desincentivando, em virtude da falta de apoios e de reconhecimento, a renovação do associativismo local.

Esta mudança de atitude é associada por Masclat a alterações na composição política das lideranças municipais comunistas e a uma certa adesão destas ao discurso securitário e a formas mais burocratizadas, *top-down*, de intervenção no bairro, em grande medida decorrentes de uma estratégia que deixou de ver nestas associações locais, frequentadas, na maioria dos casos, por jovens imigrantes (espécie de representantes máximos das “novas classes perigosas”), um interlocutor legítimo do município.

As associações e os “militantes” que as dinamizam são progressivamente postos à margem da intervenção municipal, que passa a reivindicar para si o monopólio do enquadramento dos residentes jovens. O declínio da capacidade de mobilização e intervenção destas associações torna-se notório a partir de finais da década de 1980, já que a factores relacionados com o abandono dos primeiros dirigentes e animadores, com a saída de alguns “militantes de bairro” mais velhos – representantes, em muitos casos, das categorias sociais que foram “fugindo” do Luth – e com a própria precarização das condições de existência

das famílias locais se juntou o “esquecimento” a que estas formas de organização colectiva foram votadas pelo município, que deixou de mostrar interesse em as apoiar. A “usura” dos “militantes de bairro”, como diz Masplet, teve muito que ver, segundo o autor, com esta falta de “gratificação simbólica”, que não favoreceu a reprodução de lideranças e generalizou o sentimento de que aquele trabalho mais não conseguia ser do que uma cansativa “pregação no deserto”, sem real efeito e reconhecimento.

A prova mais evidente deste desinteresse dos responsáveis municipais face às associações locais e face aos jovens imigrantes e às suas famílias foi revelada, já na década de 1990, aquando da dinamização de uma grande operação de intervenção no bairro, apresentada como uma “reconquista” deste espaço habitacional pelo município. Subordinada, segundo os responsáveis municipais, ao objectivo geral de recuperação da diversidade social perdida do bairro, esta operação configurou sobretudo uma tentativa de travar a saída do Luth de mais famílias francesas preocupadas com a crescente “insegurança” e de promover a reinstalação de famílias com maiores recursos naquele espaço habitacional.

Coincidindo com um período de aumento da procura de alojamentos HLM por parte destas famílias, muitas das quais incapazes de continuar a fazer face à elevação das taxas de juro do crédito à habitação, a viver um processo de precarização da sua relação com a actividade económica, já não protegidas da ameaça do desemprego e preocupadas com a conjuntura económica, esta iniciativa de renovação urbana procurou cativar a nova clientela potencial do Luth. Recursos muito relevantes foram então colocados à disposição de urbanistas, cuja missão seria a de “abrir o bairro”, tornando-o um espaço habitacional “como qualquer outro”^{vii}.

Em todo o processo, os imigrantes são amplamente esquecidos, as suas associações marginalizadas. A própria ideia de “reconquista” do bairro traduz o princípio de relegação e invisibilização deste segmento de residentes do Luth, como se estivéssemos perante perigosos “invasores” a rechaçar. Masplet denuncia abertamente esta situação, que considera fazer parte de uma estratégia destinada a “reconfortar os segmentos médios”, através da “redução da

visibilidade” dos imigrantes e dos seus filhos, isto é, através da sua marginalização e afastamento dos processos de decisão e intervenção pública.

As iniciativas dinamizadas pelo município multiplicam-se: reuniões públicas, estudos sociológicos sobre os jovens do bairro, organização de festas, abertura de novos equipamentos. Em teoria destinadas a “todos os habitantes”, estas iniciativas dirigem-se, na verdade, às classes médias e às fracções mais qualificadas das classes populares. São, pois, os estratos mais capitalizados do bairro que são convidados a expor e fazer valer o seu ponto de vista; são eles que são valorizados e apresentados como “habitantes-tipo”.

Novos clubes e associações são abertas, mas os seus alvos são, sobretudo, os “jovens franceses”. Entre os jovens de origem imigrante gera-se desconforto. Para muitos deles, em especial para os mais desqualificados, sem diploma e sem emprego, a ideia de “reconquista” é interpretada como uma “declaração de guerra” por parte dos responsáveis municipais, uma iniciativa contra os “jovens” e, sobretudo, contra os “árabes”. Geram-se desacatos, que culminam com a destruição de alguns espaços criados no âmbito da operação de renovação do bairro.

Mas o facto mais visível acaba por ser a desmoralização dos que vêm nas iniciativas municipais um passo mais na sua marginalização e na marginalização dos imigrantes em geral. O fechamento do campo político local traduz-se no abandono da vida associativa de muitos “militantes de bairro”. Alguns virão a ser envolvidos no trabalho autárquico, quando os responsáveis municipais perceberem que a desconfiança, as críticas e o acolhimento por outras forças políticas, inclusive de direita, destes jovens podem fazer perigar a sua liderança. Nas eleições de 2001, há um número bastante maior de residentes de origem argelina e marroquina nas listas da esquerda, mas há também cada vez mais dificuldade em mobilizar estes jovens para o trabalho político, até por se generalizar o sentimento de que eles mais não são do que os “*beurs*”^{viii} de serviço”.

A distância entre os responsáveis municipais e os habitantes do bairro, em particular os grupos mais fragilizados dentre eles, compostos maioritariamente

de famílias imigrantes ou de origem imigrante (distância que não deixa de estar ligada à própria distância social que os separa: os primeiros, filhos de operários qualificados, empregados e técnicos que ascenderam socialmente e que já não vivem no bairro; os segundos, precarizados economicamente e sem capital escolar de nível superior), impede que os últimos acedam à representação política e falem em nome próprio, o que contribui para os constituir como “grupo social objecto”, sem outra identidade senão a que é imposta a partir do exterior – tendencialmente a do “invasor” responsável pelo declínio e desordem do bairro^{ix}.

A incapacidade da esquerda para apoiar a emancipação política deste segmento da população dos bairros sociais – incapacidade que Olivier Masclet detecta e que o intriga, por considerar que seria este “novo proletariado suburbano” a merecer estar no centro das atenções das forças situadas daquele lado do espectro político – explica que, no bairro, as relações com a política se tenham alterado substancialmente. Hoje, elas obedecem a lógicas de identificação e de mobilização heterogéneas: por um lado, há um grupo importante de jovens de origem imigrante que se aproximou dos partidos de direita; por outro lado, há aqueles que continuam a situar-se à esquerda, mas que romperam com os partidos.

Entretanto, é sobretudo a desilusão e a apatia política que imperam. Adicionalmente, assiste-se, segundo Masclet, ao crescimento, junto dos jovens de origem imigrante, da importância da religião, cada vez mais encarada como princípio autónomo de afirmação identitária e de respeitabilidade. Sobre o pano de fundo da precariedade económica e da incerteza face ao futuro, o islão parece impor-se como quadro protector capaz de fornecer um conjunto de valores e uma ética individual dos quais se pode lançar mão quando os recursos “seculares” são escassos ou deixaram de estar acessíveis. Através da identificação religiosa exprime-se e consolida-se igualmente um certo “familismo”, lógica de vida típica das classes populares que geralmente se vê reforçada sempre que se acentua a instabilidade económica e social – e que se traduz num fechamento no espaço doméstico e numa contracção das redes de relacionamento social, cada vez mais assimiláveis aos laços estabelecidos no interior do círculo familiar, o único frequentado e do qual depende inteiramente

o acesso aos recursos. E assim se reforça o ciclo de afastamento face à intervenção cívica e política, que os actuais poderes públicos têm tentado contrariar através do reconhecimento da religião muçulmana e dos seus interlocutores, mas que, em vez de redundar no efectivo reconhecimento político dos “militantes de bairro”, pode, porventura, favorecer – é essa a questão que Masplet deixa em aberto no final do seu livro – a consolidação de um “comunitarismo” de base religiosa que pouco ou nada contribuirá para unir o que décadas de “encontros falhados” foram separando.

6.

Terminado que está este já longo percurso pela linha geral de argumentação do interessante e muito revelador livro de Olivier Masplet, é altura de avaliar criticamente alguns dos seus principais contributos. Reteremos três, de índole diversa, mas igualmente relevantes para os objectivos enunciados nos primeiros parágrafos deste texto.

O primeiro aspecto a reter é de índole essencialmente *política* e, respeitando certamente a todos, interessará possivelmente mais aos que se posicionam à esquerda do que aos que se posicionam à direita do campo das tomadas de posição ideológicas e políticas. Para além de representar uma crítica vigorosa à incapacidade que a esquerda tem demonstrado, designadamente quando está no poder, para interpretar com acuidade as profundas mudanças económicas, sociais e políticas que têm vindo a suceder-se nas sociedades contemporâneas, podemos vê-lo como uma espécie de alerta de Olivier Masplet para a necessidade premente com que a esquerda se confronta – e que por ela tem sido negligenciada – de renovar a sua base social de apoio, através do aprofundamento da sua ligação à realidade – muito diferente hoje do que era há trinta ou quarenta anos – e às classes populares, designadamente a esse “novo proletariado urbano” nascido da desindustrialização, da precarização das relações laborais e da imigração.

Como Masplet bem nota a partir do exemplo de Gennevilliers, a ignorância acerca da realidade concreta dos bairros sociais, acerca dos seus habitantes (não daqueles que lá viveram um dia ou daqueles que se gostaria que lá vivessem,

mas dos que lá vivem efectivamente), abre caminho à adesão mais ou menos irreflectida a visões simplistas, quando não preconceituosas, dessa realidade e desses habitantes, à transformação destes últimos num “grupo social objecto”, à imposição de uma representação do bairro *a partir de fora* (no sentido de distância física, mas também, e sobretudo, de distância social), uma representação que, exactamente por vir *de fora*, de outros pontos do espaço social, é tendencialmente contrária aos interesses dos residentes do bairro e, por isso, tendencialmente reprodutora da sua situação de dominação. É esta não programada, mas aparentemente efectiva, “aliança” da esquerda com a visão dominante da cidade e da habitação social que Masolet procura denunciar.

Vale a pena sublinhar, entretanto, que este alerta não decorre apenas da preocupação com a perda de apoiantes e eleitores para a direita política ou – mais provável – para a descrença e o abstencionismo. Masolet está sobretudo preocupado com o facto de a esquerda poder estar a contribuir objectivamente para hipotecar as possibilidades de mobilização colectiva emancipatória das categorias sociais mais descapitalizadas, ao reproduzir, através da relegação política (decorrente, por seu turno, da difusão e imposição ao bairro e aos seus habitantes de uma identidade heteronomamente construída, frequentemente miserabilista ou, quando muito, compassiva, mas geralmente mistificadora das causas dos “problemas” detectados, criadora de divisões artificiais entre os residentes, os “bons” contra os “maus”, descrente nas possibilidades locais de organização colectiva), a sua condição social e economicamente dominada.

A este propósito, uma ressalva merece, entretanto, ser feita, para sublinhar um aspecto que parece menos sólido no trabalho de Olivier Masolet. O que acontece é que, na sua preocupação com a denúncia da incapacidade da liderança comunista de Gennevilliers para renovar os laços com os habitantes do Luth e possibilitar o acesso à representação política e aos processos decisoriais por parte dos “militantes de bairro”, Masolet acaba por não conseguir estabelecer algumas relações – provavelmente muito reveladoras – entre a realidade local e processos sociais mais vastos em curso durante o período de referência do estudo. Com isto, o leitor menos atento – que, de resto, pouco ou nada ficará a saber, por exemplo, sobre o que estava a acontecer noutros municípios, designadamente nos municípios liderados por forças

políticas de direita – corre o risco de se deixar contagiar pelo tom contumaz das críticas de Masclet (que parece, a espaços, transformar em “maus da fita” todos os agentes directa ou indirectamente relacionados com o sistema político-partidário local, incluindo os jovens do bairro que, quais “traidores”, passaram a trabalhar no município) e de imputar todos os males à inabilidade ou mesmo intencionalidade quase reaccionária ou até racista da liderança comunista do município de Gennevilliers.

Vale a pena levar ao limite, por isso, a ideia de que a explicação para os “problemas” dos bairros está, em grande medida, *além* deles – e mesmo além da acção política local. Não devemos esquecer que esta sofre sempre constrangimentos exógenos e que esses constrangimentos são geralmente mais fortes quando as lideranças locais não estão ideologicamente (partidariamente?) alinhadas com a administração central, como acontece neste caso. Sobre isto Masclet diz muito pouco. Por outro lado, há que lembrar – algo que Masclet não faz, mas que acaba por ser compreensível, se pensarmos que isso encheria facilmente um outro livro – que as décadas de 1980 e 1990, quando a situação no bairro se agrava e a liderança municipal começa a dar sinais de incapacidade para lidar com as mudanças em curso, adoptando mesmo princípios de intervenção no mínimo polémicos, são décadas difíceis para os partidos comunistas, para a esquerda e, em geral, para a classe operária, com a queda do bloco soviético, os sucessivos reveses do movimento operário internacional e o advento e consolidação do neoliberalismo e da sua poderosa acção destruturadora. O que não quer dizer que a acção política local esteja condenada à impotência. Ainda que por vezes pareça um pouco excessiva no que “exige” da esquerda e das governações locais ditas de esquerda, a análise de Masclet deve ser lida, sobretudo, como um apelo ao aumento da reflexividade no seio deste segmento do campo político, com vista a uma sua “radicalização”, no sentido etimológico da expressão, isto é, enquanto questionamento das suas raízes, do seu modo de relacionamento com (o que agora são) as classes populares.

A segunda contribuição a reter é de ordem *epistemológica e metodológica* e diz respeito ao modo como Masclet decidiu tratar o seu objecto de estudo. Já

aflorámos esta questão no segundo ponto deste texto, pelo que não nos alongaremos demasiado nela.

Não deixaremos, contudo, de reiterar um dos princípios fundamentais da prática sociológica, que é o de que todo o objecto de estudo deve começar por ser historicizado, isto é, analisado na sua profundidade histórica, com vista a reconstituir a sua génese social e assim lutar contra os efeitos de naturalização decorrentes da amnésia dessa génese, amnésia que é um efeito do tempo, mas também, e sobretudo, resultado da imposição pelos grupos dominantes da sua visão do mundo, que tende a reificar e eternizar os fenómenos sociais, como forma de ocultar o facto de que eles são precisamente produtos de lutas pela dominação que esses grupos venceram.

Neste sentido, a profundidade histórica que Olivier Masclet conferiu à análise do Luth – e que recrutou elementos de várias proveniências: análise documental, pesquisa arquivística, estatísticas oficiais, entrevistas, observação prolongada no terreno – permitiu-lhe revelar o modo como, desde a criação deste espaço habitacional, se foi construindo, através de sucessivas decisões políticas, a começar pela própria atribuição das casas – atribuição que Masclet mostra não ter um fundamento meramente administrativo, muito menos aleatório –, o processo de segmentação social do bairro e de relegação política das populações imigrantes. Caso se tivesse limitado a estudar o Luth num determinado momento da sua vida, por exemplo agora, quando se regista um crescimento do sentimento religioso junto dos jovens de origem imigrante e um certo fechamento em torno do reduto familiar, sem ter em conta o passado do bairro e das relações dos seus inquilinos com os senhorios, talvez Masclet nunca conseguisse descobrir que a actual situação dos jovens de origem imigrante do Luth é, para além do resultado da conjugação de outros factores – endógenos e exógenos ao bairro –, o produto de um longo processo de relegação política com protagonistas e responsáveis identificáveis, aos quais correspondem interesses, estratégias e discursos também eles identificáveis e passíveis de escrutínio^x.

O terceiro – e último – aspecto a reter é, sobretudo, de ordem *teórica* e decorre da capacidade que o estudo de Masclet tem para nos mostrar que os bairros

sociais não são homogéneos, porque não são homogéneos os grupos que os habitam, porque as próprias classes populares estão longe de ser homogéneas. Ainda que se possa falar genericamente em “classes populares”, enquanto categoria que se caracteriza habitualmente por um estatuto socioprofissional relativamente subalterno, pela posse de recursos económicos relativamente escassos e por um certo distanciamento face ao capital cultural, designadamente à sua forma validada por títulos escolares, há que não perder de vista que as classes populares são internamente diferenciadas. E que, por isso, como bem nota Bourdieu, é preciso substituir as imagens simplistas, unilineares (como aquelas que os *media* ou alguns discursos políticos tendem a veicular), por uma representação complexa e múltipla dos objectos de estudo (neste caso, das classes populares e dos espaços que elas habitam), abandonando o ponto de vista único, rompendo com as representações dominantes, em benefício da pluralidade de perspectivas que corresponde à pluralidade de pontos de vista, logo de posições no espaço social, realmente existentes e muito possivelmente concorrentes entre si^{xi}.

Deste modo, evitaremos os perigos decorrentes, por exemplo, da adesão à tese da “cidade dual” ou ao conceito de “*underclass*”, uma e outro facilmente mobilizáveis do ponto de vista político-ideológico – e que, de resto, parecem ter estado na base de grande parte das intervenções dinamizadas pelos responsáveis políticos de Gennevilliers e discutidas por Olivier Masclet no seu livro sobre o bairro do Luth.

O debate sobre se devem ou não a sociologia e outras disciplinas interessadas nas questões urbanas mobilizar a tese da “cidade dual” e o conceito de “*underclass*” já vai muito longo e não valerá a pena desenvolvê-lo ainda mais neste espaço. Limitar-nos-emos, por isso, a seguir Peter Marcuse, quando este afirma que, sendo útil para denunciar a crescente polarização social das cidades contemporâneas, a tese da cidade dual tem efeitos políticos habitualmente mais negativos do que positivos. E isto porque: i) é a-histórica, focando-se nos resultados e não nas causas, ignorando como se produziram e reproduziram ao longo do tempo as desigualdades; ii) cria uma divisão artificial na estrutura social urbana, simplificando-a de forma abusiva e caracterizando erradamente a posição da maioria da população (a realidade urbana não é nem dual, nem feita

de uma pluralidade arbitrária); iii) favorece, por força dessa divisão artificial, a ilusão de uma homogeneidade de interesses que efectivamente não existe (“os do bairro” *versus* “os do resto da cidade”, “nós e a gente boa dos bairros” *versus* a “gente má dos bairros”) e que obscurece as lutas na base da segmentação do tecido urbano, contribuindo para reforçar o poder dos dominantes, ao inviabilizar coligações capazes de contrariar solidariamente a marginalização dos grupos menos munidos de recursos, remetidos para uma “*underclass*” de que ninguém quer fazer parte (alguém que ouça, leia ou utilize a metáfora da “cidade dual” quererá definir-se no pólo que não seja o da “cidade respeitável”?)^{xiii}.



3. Será assim tão claro? Porto, 2008.

É a uma maior atenção relativamente à complexidade da realidade urbana e das relações sociais que lhe subjazem que a análise sociológica da cidade deve, como no livro de Masclat, fazer apelo. Dessa maior atenção poderá depender a renovação de princípios e práticas necessária à redefinição de uma relação – entre conhecimento científico e acção política – de que a cidade (e, em especial, os espaços habitacionais física e socialmente mais desqualificados) certamente beneficiará.

Origem das imagens:

1. S/a, disponível em <http://www.lyceemarcelscachin.ac-creteil.fr> [2009].
2. Lyna, disponível em <http://www.rue89.com> [2008].
3. João Queirós, Porto [2008].

A referência bibliográfica para este artigo:

Queirós, João, “Ciência, política e habitação social. Alguns contributos da sociologia francesa para uma redefinição da sua relação”, *Resdomus*, Grupo FCT Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Porto, 2009, pp. 1-24; www.resdomus.blogspot.com [2009].

Notas:

ⁱ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Seminário de *Área Científica de Especialização II* do Curso de Doutoramento em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e parcialmente publicada no *weblog* “5ª Cidade” (<http://www.quintacidade.com>). O autor agradece ao Professor Doutor Virgílio Borges Pereira os oportunos comentários a essa primeira versão.

ⁱⁱ Algumas hipóteses explicativas da ausência de enquadramento epistémico que, em particular no Porto, tem caracterizado a lógica das relações entre Estado, alojamento e “questão social” são avançadas em Pereira, Virgílio Borges e Queirós, João, “Estado, alojamento e a «questão social»: elementos para a compreensão sociológica da *formação* da respectiva relação no Porto contemporâneo”, in *Argumentos de Razón Técnica – Revista Española de Ciencia, Tecnología y Sociedad, y Filosofía de la Tecnología*, número especial sobre “Modos e figuras do habitar na sociedade contemporânea”, 2009 (no prelo).

ⁱⁱⁱ Como se poderá concluir, aproximamo-nos aqui dos objectivos e metodologia que estruturam o artigo de Pereira, Virgílio Borges, “Estado, espaço físico e espaço social na constituição da problemática da reabilitação urbana. Considerações prévias a um inventário crítico e comparado”, in Pinto, José Madureira e Pereira, Virgílio Borges (Orgs.), *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*, Porto, Edições Afrontamento, 2008. Trata-se de uma linha de trabalho inspirada no propósito mais amplo de (re)colocar no centro da análise da realidade das cidades contemporâneas os processos políticos e o papel do Estado enquanto (re)produtor do espaço físico e do espaço social urbanos, na senda de propostas como a apresentada em Wacquant, Loïc, “Relocating gentrification: the working class, science and the state in recent urban research”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 32 (1), 2008.

^{iv} Cf. Masclat, Olivier, *La Gauche et les Cités. Enquête sur un rendez-vous manqué*, Paris, Éditions La Dispute, 2006

^v Os números apresentados nos parágrafos que se seguem a sua fonte no livro de Stébé, Jean-Marc, *Le Logement Social en France*, Paris, PUF, 2007.

^{vi} Ainda que qualquer comparação deva ser feita com máximo escrúpulo, tendo em conta as profundas diferenças socioeconómicas e políticas entre os dois países, é possível encontrar algumas proximidades entre os casos francês e português no respeitante à evolução geral da lógica de intervenção do Estado nos domínios do urbanismo e da habitação no terceiro quartel do século XX. Tais proximidades não-dever-se, entre outros factores, ao carácter crescentemente transnacional das dinâmicas económicas do capitalismo de então e à internacionalização dos princípios do urbanismo modernista à época verificada (ela própria uma decorrência da crescente integração dos capitalismos nacionais). Uma panorâmica da evolução da intervenção habitacional do Estado no nosso país, traçada a partir da cidade do Porto, pode ser encontrada no já citado artigo de Virgílio Borges Pereira e João Queirós

^{vii} É sintomático que se fale sempre de “abrir os bairros à cidade” e nunca de “abrir a cidade aos bairros”, como se o problema radicasse exclusivamente neste último, qual bicho-de-conta fechado sobre si mesmo, rejeitando o contacto com o espaço envolvente, auto-excluindo-se das dinâmicas sociais globais. Mais do que semântica, este tipo de formulações tem implicações políticas importantes, pois traduz a “amnésia da génese dos processos sociais”, como diria Pierre Bourdieu, a elisão da análise da realidade urbana dos fundamentos da produção e reprodução da segregação socioterritorial e da relegação social, económica e política a que são votados determinados espaços habitacionais.

^{viii} Expressão popular, usada geralmente de forma depreciativa, que designa, em França, os imigrantes ou descendentes de imigrantes de origem magrebina.

^{ix} Cf., a propósito, Bourdieu, Pierre, “Une classe objet”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 17/18, 1977.

^x Outro excelente exemplo de como a análise de fenómenos urbanos – tais como as erupções de violência em bairros considerados “problemáticos” – não pode dispensar um modo de perspetivação sincrónica e diacronicamente *longitudinal*, isto é, capaz de combinar profundidade

histórica com análise multi-escalar (a nível local, regional, nacional, transnacional), é a que nos é fornecida pelo estudo de Stéphane Beaud e Michel Pialoux sobre o modo como a desestruturação do mundo operário e a precarização crescente dos jovens oriundos das classes populares, associadas a processos de rejeição política e de estigmatização construída mediaticamente, têm vindo a gerar, nos subúrbios franceses, sentimentos de angústia e descontentamento, ocasionalmente traduzidos em manifestações de violência grupal. Cf. Beaud, Stéphane e Pialoux, Michel, *Violences Urbaines, Violence Sociale. Genèse des nouvelles classes dangereuses*, Paris, Fayard, 2003.

^{xi} Cf. Bourdieu, Pierre, “L’espace des points de vue”, in Bourdieu, Pierre (Dir.), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil, 1993.

^{xii} Cf. Marcuse, Peter, “‘Dual city’: a muddy metaphor for a quartered city”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 13 (4), 1989.